

INPE confirma: 2014 teve o segundo menor desmatamento na Amazônia

Categories : [Notícias](#)

Os ministros do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, divulgaram na última sexta-feira (14) os dados consolidados do desmatamento na Amazônia Legal ocorrido entre agosto de 2013 e julho de 2014. Os números atualizam a estimativa divulgada em novembro de 2014, quando foi apresentado que o desmatamento havia diminuído 18% em relação ao período anterior. Na verdade, a queda foi um pouco menor, de 15%.

A taxa revisada mostra que foram desmatados 5.012 km², contra os 4.848 km² que se acreditava anteriormente. Esta é a segunda taxa de desmatamento mais baixa da história desde que a região começou a ser monitorada pelo INPE, em 1988.

No período, Pará e Mato Grosso lideraram o desmatamento em números absolutos, com 1.887 km² e 1.139 km² desmatados, respectivamente. Porém, todos os estados conseguiram diminuir o desmate entre 2013 e 2014, sendo Mato Grosso (-91%) e Rondônia (-82%) os campeões na redução do desmatamento em relação a 2013.

Na coletiva, a ministra Izabella Teixeira afirmou estar confiante de que o país alcançará a meta de 3.915 km² de taxa de desmatamento em 2020 e acrescentou que o país deve buscar políticas públicas que combatam desmatamento ilegal.

“Temos que trabalhar mais para acabar com o desmatamento ilegal; para concluir o Cadastro Ambiental Rural (CAR); para usar essa base de dados como referência para todas as informações sobre solo no Brasil; e para desenvolver as bases econômicas para a nova economia sustentável no Brasil. Sempre com a ciência e a tecnologia ao nosso lado, o que dá uma maior transparência para as políticas públicas e tomadas de decisão. Isso não é trivial, mas o Brasil vai fazer”, afirmou.

Desmatamento legal e ilegal

A taxa anual de desmatamento mede a supressão total de floresta (corte raso) ocorrido entre agosto e julho de um ano. Nesse número estão contabilizados todos os desmates ocorridos, até mesmo os legais, aqueles permitidos pelo Código Florestal e autorizados pelo órgão ambiental. Mas isso deverá mudar. A terceira fase do Programa de Proteção e Controle do Desmatamento na Amazônia prevê o registro separado do que é permitido e do que é ilegal. Para que isso se torne realidade, o Ministério do Meio Ambiente terá que ter acesso aos dados estaduais de autorização

de supressão de vegetação. Na coletiva, foi divulgado que o estado do Acre será o primeiro a compartilhar esses dados com o Ministério.

Leia Também

[Amazônia: desmatamento anual caiu 18%, mas ainda é alto](#)

[Desmatamento consolidado: um pouco acima da estimativa](#)

[Inpe e Imazon: vigilantes do desmatamento na Amazônia](#)